

NAVEGAR É PRECISO: A HERANÇA CULTURAL AFRIACANA E OS DESVELAMENTOS NA BAHIA

Janete Moura Teixeira; Débora Araújo Leal; Verônica Alves dos Santos Conceição; Josué Leite Conceição.

Centro de Educação Básica da Universidade Estadual de Feira de Santana. jannyfleur100@hotmail.com; Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão. delleal8@hotmail.com; Universidade Tiradentes (UNIT). veronica.alves604@gmail.com. Universidade Tiradentes (UNIT). jlcengenhariafsa@gmail.

Resumo: O trabalho desenvolvido sobre “Navegar é preciso: A herança cultural africana e os desvelamentos na Bahia” traz como objetivo geral destacar os principais traços da Herança Cultural Africana, que permanecem vivos no cenário cultural baiano. De início foi preciso situar o contexto da chegada dos negros no Brasil, em seguida, destacar a sua importância para a construção da identidade baiana, citando os aspectos culturais, as formas de resistências e a conquista na aprovação de leis como que aos poucos “cessavam” com a escravidão. Adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, vale ressaltar ainda, que a Bahia recebeu um grande contingente de negros, provenientes do continente africano e, por isso, é importante destacar as manifestações culturais como o candomblé e a capoeira, as quais se tornaram símbolos da identidade baiana e resistência à escravidão.

Palavras-chave: Bahia. Cultura Africana. Escravidão. Resistência.

Introdução

A produção desta pesquisa sobre a Herança Cultural Africana surgiu da inquietação de entender como uma cultura tão rica pode sofrer tantos preconceitos e rejeições, em um estado marcado pela diversidade étnica racial e religiosa. Traçamos como objetivo geral desta pesquisa destacar os principais traços da Herança Cultural Africana, que permanecem vivos no cenário cultural baiano: identificar os autores que apresentam o negro como protagonistas da história baiana; elencar as manifestações culturais presentes na Bahia advindas dos negros. Para dar conta destes objetivos elencamos a seguinte problemática: de que maneira os traços da Herança Cultural Africana permanecem vivos no cenário atual baiano? Percebe-se que a História dos negros africanos, introduzidos no Brasil sob o sistema de escravidão, foi marcada pelo sofrimento e pela exclusão, e, além disso, pela usurpação do direito de escolha, impondo-lhes crenças diferenciadas, trabalho forçado, falta de liberdade.

Para entender o contexto histórico vivido pelos negros africanos introduzidos no Brasil, fez-se necessário recorrer a historiadores que em suas pesquisas, tratam desde a captura na África até sua chegada e permanência na nova colônia Portuguesa. Como metodologia apresentamos a pesquisa bibliográfica, recorreremos aos livros de Nina Rodrigues, Jacob Gorender, Walmyra R.

Albuquerque, Luiz Viana Filho, Kátia Matoso, que mostram os caminhos trilhados pelos negros até a conquista da liberdade.

Escolhemos o cenário baiano porque a Bahia recebeu muitos negros, provenientes do continente africano, que eram traficados principalmente da Guiné, Costa da Mina ou Angola. A localização baiana na costa litorânea, também pode ter contribuído para que os navios desembarcassem no porto de Salvador, tornando esta prática comercial cada vez mais rentável, proporcionando a permanência de muitos negros na Bahia. Depois eles eram enviados para as fazendas, os engenhos, as minas de ouro para desenvolver suas atividades.

Com a grande concentração escrava nas lavouras e nas cidades, as revoltas era um fator permanente e que preocupava os senhores, pois temiam uma rebelião generalizada, que impedissem o bom andamento de suas atividades agrícolas e comerciais. Salvador sediou muitas revoltas, organizadas pelos escravos, pois eles não aceitavam as condições miseráveis, as humilhações públicas e a falta de dignidade.

A Bahia enchera-se de pretos forros, que, de mistura com os escravos, assustavam a cidade com os seus cânticos e as suas festas. Fizeram mesmo os seus "Reinados", que preocupavam Lisboa e sobre os quais já fora chamada a atenção do Conde de Sabugosa. À proporção que a cidade crescia, também crescia a proporção de escravos. Já não eram apenas empregados para os serviços domésticos, para o cuidado das roças, para o transporte das cadeirinhas. Inventara-se para o negro uma nova modalidade de exploração econômica, mais imediata, mais direta. Punham-n'o, na rua, "de ganho". Distribuído por varias atividades, carregador, doceiro, cozinheiro, alfaiate, sapateiro, ia ganhar para o dono a remuneração paga pelos seus serviços. (FILHO, LUIZ VIANNA, p. 85, 1946).

Depois de muitas lutas, o legado africano permaneceu firme até hoje, na culinária, na crença, na dança, na arte, na vida de muitos baianos. Depois que os colonizadores portugueses se estabeleceram na Bahia e reconheceram as riquezas que estas terras poderiam lhes proporcionar, eles começavam a criar estratégia de exploração. Começaram escravizando os indígenas e em seguida resolveram trazer os negros africanos que já eram escravizados nas colônias portuguesas na África, para trabalhar como escravizados em seu novo território.

Os africanos eram transportados em grandes navios, em condições miseráveis durante semanas e meses, muitos negros morriam e eram jogados no mar. Quando aqui chegavam, eram obrigados a trabalhar nas lavouras, nas minas, nas atividades domésticas, etc., para garantir sua alimentação e moradia e, além disso, assegurar os lucros dos colonizadores. É importante salientar o que relata Gorender (1978), sobre os africanos que chegaram ao Brasil, de acordo com ele:

Os africanos chegaram ao Brasil já destribalizado, arrancados do meio social originário e convertidos á força em indivíduos de socializados. O tráfico arrebanhou negros procedentes de numerosas etnias, heterogêneas do ponto de vista da evolução social, da língua, das tradições, costumes, etc. (GORENDER 1978, p. 133).

Ao analisar o pensamento de Gorender (1978), percebe-se a dissolução de uma sociedade pautada em valores, onde os costumes, crenças, tradições, união comunitária, são destruídas para garantir a ascensão econômica dos lusitanos. A maioria dos negros que vieram para o Brasil era proveniente da África, principalmente da costa oeste, devido à facilidade de chegar nestas regiões como seus navios. O desembarque nas novas terras tirou do negro a perspectiva de viver em liberdade, transformando-os em meras mercadorias e como tal eram tratados na sua chegada.

Os cativos foram mostrados em rebanho, geralmente emparelhados na ignorância do que lhes sucede e no silêncio ao qual os reduz à diferença de idiomas e de costumes, vendidos como mercadoria, ao serem transportados, nos entrepostos, cuidados, expostos, avaliados, jogados no trabalho forçado. (MATTOSO, 2003, p. 37).

Para a supracitada autora “Os escravizados são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda.” (Mattoso, 2003, p. 37). Devido a sua importância para a manutenção das fortunas dos colonos, eles eram submetidos a uma jornada de trabalho muito cansativa, tendo que trabalhar de 18 a 20 horas por dia, para conseguir satisfazer as ordens de seus senhores, caso contrário eram castigados.

Os castigos físicos, as péssimas condições de higiene e insuficiência na alimentação, eram responsáveis pela morte de muitos escravizados na colônia, com isso, era necessário comprar mais escravizados para manter as atividades dos engenhos, esse fato, fez do tráfico escravista uma atividade bastante lucrativa, sem previsão para terminar.

Os escravizados já eram conscientes de sua prisão neste novo mundo e, por isso, tentavam trazer um pouco da África para as senzalas, criando espaços próprios para formar famílias, se divertir nas danças e nos rituais onde cultuava seus deuses. Mas, eles não desistiam de ficar livre novamente e, guiados por esse desejo, começaram a se organizar, buscando alternativas para reverter os sofrimentos e as humilhações sofridas.

Ver-se livre, isento do controle e da subordinação a qualquer senhor foi o principal objetivo de muitos homens e mulheres que, sozinhos ou em grupo, resolviam escapar da escravidão. Fugir era perigoso, difícil e, geralmente, dependia da solidariedade de outros escravizados, libertos e livres. Era preciso alguém que pudesse facilitar a fuga, fornecer abrigo, alimentação e trabalho para não levantar suspeitas. Os escravizados podiam buscar refúgio em fazendas, povoados e

idades, onde podiam misturar-se aos negros livres e libertos, mas também recorriam aos quilombos. (ALBUQUERQUE, 2006, p.77).

A forma de organização dos negros mostra que os escravizados já não aguentavam mais tanta subordinação e sofrimento e, buscando a todo custo à liberdade. A desobediência sistemática, a lentidão na execução das tarefas, a sabotagem da produção e as fugas individuais ou coletivas revelam a revolta dos escravizados. Com a resistência negra ao trabalho, as fugas em massa e as pressões internacionais, pelo fim da escravidão, o Brasil foi obrigado a declarar a abolição dos escravizados que restavam nas senzalas falidas. Então, a princesa Isabel assina a Lei Áurea, que foi sancionada em 1888, abolindo a escravidão negra no Brasil. Porém, esta lei não garantiu aos negros os direitos fundamentais necessários para a sobrevivência, como o acesso a terra, a moradia digna, e a educação, direitos desfrutados pelos brancos.

A migração dos negros para os centros urbanos no início do século XX, em busca de novas oportunidades de trabalho, aumentou significativamente o número de moradores desempregados, elevando a classe dos pobres e miseráveis. Além disso, as cidades não eram estruturadas para receber tantas pessoas, pois não dispunha de saneamento básico, fator que favorecia o aumento de doenças, escolas e políticas públicas igualitárias.

Livres e sem os direitos garantidos, os ex-escravizados e libertos, ficam perdidos em uma sociedade racista e desigual, que os vê como problema social, associando todos os crimes ou vandalismo presente nos centros urbanos à população negra, por entender que eles são cidadãos incompletos e não podem permanecer no mesmo espaço social que os brancos. Por isso, a elite governamental republicana queria a todo custo impedir a permanência dos negros nas cidades, pois queriam mostrar um Brasil totalmente branco para o mundo, negando suas origens de país multirracial.

Para tentar resolver o problema da discriminação racial existente no Brasil, a sociedade com o apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs) e do governo, criaram políticas públicas voltadas para atender os Afro-Brasileiros, oportunizando-os a entrada e permanência no ensino superior. Mas, só isso não é suficiente para apagar trezentos anos de escravidão, sofrimentos e marcas corporais deixadas pelas chibatadas nos troncos das senzalas. É preciso o reconhecimento que respeite suas manifestações culturais, suas crenças, suas tradições. Contudo, os habitantes negros depois de muitas rebeliões e resistência, conseguiram sua inserção na sociedade, garantindo seus direitos e cumprindo seus deveres de cidadãos brasileiros, mas não podemos esquecer que o racismo iniciado na chegada dos africanos, continua presente na sociedade.

Metodologia

Como metodologia, apresentamos a pesquisa bibliográfica, recorreremos aos livros de Nina Rodrigues, Jacob Gorender, Walmyra R. Albuquerque, Luiz Viana Filho, Kátia Matoso, que mostram os caminhos trilhados pelos negros até a conquista da liberdade.

A pesquisa bibliográfica caracteriza - se em analisar, artigos, livros, revistas científicas, sites, já elaborados com o cunho científico. Neste sentido, a pesquisa bibliográfica pode ser considerada por:

Permitir ao investigador a cobertura, de uma gama de fenômeno muito mais amplo do que poderia pesquisar diretamente. A realização do levantamento bibliográfico consiste na seleção de obras que se revelem importantes e afins em relação ao que se quer conhecer” (GIL, 1999, p. 65).

É importante salientar, que quando os africanos chegaram ao Brasil, foram vendidos e levados para trabalhar nas lavouras, onde sofria muitos castigos físicos. Mas, para os senhores os castigos serviam para ensinar normas de boa conduta, para que o trabalho continuasse dando muitos lucros. A escravidão e a comercialização dos escravizados tornou-se uma atividade muito lucrativa, fonte de riqueza para muitas pessoas, durante muito tempo. Buscamos nesta pesquisa bibliográfica fazermos um relato da chegada e permanência dos Negros na Bahia e, em seguida, falamos da importância do negro na formação cultural do povo baiano. Porém, focamos em dois temas relevantes para o povo baiano, são eles: o candomblé e a capoeira destacaram os significados e as pessoas que contribuíram para seu desenvolvimento e permanência como símbolo da identidade do povo baiano.

A religiosidade baiana também se destaca, com a legalização candomblé, livres de perseguição policial, os adeptos do candomblé podem realizar os cultos e rituais aos orixás e, além disso, lutar contra o preconceito religioso que mesmo disfarçado ainda existe na Bahia um espaço destinado à capoeira, relata a existência de dois tipos da mesma dança. Uma originária da Angola, identificada por capoeira angola e a outra capoeira regional, por ter sofrido influência dos ritmos locais. Vale salientar a importância de Mestre Pastinha e Mestre Bimba, para que seu reconhecimento acontecesse.

Depois de entender os temas que cercam a realidade dos africanos trazidos para o Brasil, é preciso que todos os cidadãos se conscientizem do valor imensurável que a cultura africana deixou-nos como legado. E, a partir desse reconhecimento, o preconceito e a exclusão deixem de existir em nosso país, pois os negros africanos foram fundamentais para a construção da cultura brasileira.

Resultados e Discussões

Na Bahia, as manifestações culturais tiveram um toque especial, pois sua cultura foi influenciada a partir de tradições herdadas de índios, africanos e europeus, que a tornou mais rica e diversificada, tornando-se o berço das mais típicas manifestações culturais. Entre a vastidão cultural presente na Bahia relacionadas com a escravidão, destaca-se o sincretismo religioso que deu origem ao candomblé e a capoeira, que aos poucos se tornaram símbolos da nacionalidade baiana e resistência à escravidão.

É através dessa mistura de ritmos e expressões, que a Bahia se revela, tornando-se referência cultural, para o mundo. Pois, como diz Paiva (2001), através das festas populares, a memória de um povo continua sendo preservada.

Neste sentido, as festas populares expressam as formas identitárias de grupos locais, onde o motivo de encontro, de fé ou simplesmente de celebrar atrai e identifica devotos e indivíduos de mesma identidade. As manifestações populares possuem um caráter ideológico uma vez que comemorar é, antes de mais nada, conservar algo que ficou na memória coletiva. (PAIVA, 2001, p. 96).

Nas festas populares baianas é possível observar a mistura do sagrado com o profano, principalmente porque, o sincretismo religioso é uma das características muito comum no estado. Segundo o antropólogo holandês André Droogers (1989) o termo sincretismo possui duplo sentido. É usado com significado objetivo, neutro e descritivo de mistura de religiões, e com significado subjetivo que inclui a avaliação de tal mistura. Devido a essa avaliação muitos propõem a abolição do termo. Embora alguns não admitam, todas as religiões são sincréticas, pois representam o resultado de grandes sínteses integrando elementos de várias procedências que formam um novo todo.

Então é importante perceber que o sincretismo religioso é um fator muito presente nas festas populares do estado. O candomblé é uma religião originária da África e, foi introduzida na Bahia através dos negros africanos, quando os mesmos foram escravizados e trazidos ao Brasil pelos portugueses que os obrigaram a deixar seus lares para adentrar em uma terra totalmente desconhecida. Longe de seus familiares, novos laços de amizade vão se formando nas senzalas, mesmo com a infinidade de grupos étnicos diferentes em um mesmo espaço. Essa era uma das formas de preservação da cultura africana, sendo que a senzala era um local propício para que os rituais acontecessem, já que esta prática era proibida pela Igreja Católica, que queria batizar todas as pessoas que entravam no país, para assim, aumentar o número de fiéis católicos.

Mas, mesmo na clandestinidade a religião africana, consegue sobreviver, reconstruindo novos espaços e ganhando novos adeptos. Como a concentração de negros foi intensa na Bahia alguns locais foram criados para reverenciarem seus deuses como diz Silveira (2005).

Segundo as tradições orais dos nagôs (africanos iorubas, originários de regiões da Nigéria, Benin e Togo) baianos, o primeiro candomblé de sua linhagem foi fundado em terras situadas atrás da capela de Nossa Senhora da Barroquinha, no centro histórico de Salvador. Segundo se conta, existia uma irmandade de negros ali funcionando, cujos associados teriam sido os fundadores africanos. Hoje, esse candomblé é um dos maiores e mais respeitados do Brasil, chama-se oficialmente Ilê Axé Iyá Nassô Oká, em homenagem à sua fundadora principal, mas é popularmente conhecido como Casa Branca do Engenho Velho da Federação. (SILVEIRA, 2005, p. 164).

Os terreiros era um espaço sagrado que revelava simbolicamente a totalidade do mundo africano, onde são realizados os rituais e cultos aos orixás. Foi nos terreiros também, que os intelectuais, no final do século XIX, Nina Rodrigues e Manoel Querino começaram a desenvolver pesquisas sobre as práticas religiosas nos cultos aos deuses afro-brasileiros.

A presença dos pesquisadores nos terreiros da Bahia contribuiu para a identificação da nação jeje-nagô, congo e angola, descobriram como eram realizados os rituais e como as pessoas preservaram e recriavam as tradições africanas no candomblé e lutaram pela criação da União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia, que marcou o início da luta contra o preconceito religioso que vigorava na Bahia.

Segundo Albuquerque (2006), a realização do sonho de liberdade só aconteceu em janeiro de 1976, durante os festejos ao Senhor do Bonfim na Bahia, onde o governador Roberto Santos assinou o ato administrativo que garantiu a liberdade de culto para as religiões afro-brasileiras. Por isso essa data é tão celebrada na Bahia até os dias atuais.

A capoeira foi usada como dança pelos negros, para evitar a proibição dessa prática pelos senhores, pois era a única forma de defesa dos escravizados. Esta atividade era desenvolvida de forma restrita, pois os praticantes queriam ser pegos, temendo os castigos e torturas dos feitores. A capoeira foi proibida pelo governo brasileiro, já que sua prática lembrava a escravidão que precisava ser “esquecida”. Mas, na Guerra do Paraguai, eles foram chamados para defender o Brasil, fator que estimulou a mudança de mentalidade a respeito dessa luta. Aos poucos, a capoeira ganha espaços importantes na sociedade e, é reconhecida como símbolo da cultura brasileira.

Algumas pessoas foram indispensáveis na construção da História da Capoeira, dentre eles encontra-se: Vicente Joaquim Ferreira Pastinha, (Mestre Pastinha), Manoel dos Reis Machado, (Mestre Bimba), Daniel Coutinho, (Mestre Noronha), Rafael Alves França (Mestre Cobrinha

Verde), Waldemar Rodrigues da Paixão (Mestre Waldemar de Pero Vaz), e outros. Uns optaram pela capoeira Angola e outros pela capoeira Regional, mas ambas possuíam o mesmo objetivo, de tornar a capoeira reconhecida e respeitada por todos. A Capoeira Angola preserva os gestos dos negros escravizados, cheia de jinga e violenta, teve como seu admirador e divulgador, o Mestre Pastinha. Já a capoeira regional é uma adaptação da capoeira angolana com outros tipos de golpes, criada pelo Mestre Bimba, que deu um toque baiano a capoeira, sendo tratada como um esporte nacional, já que é menos violenta que a angolana.

Independente de seu estilo, a capoeira foi um instrumento de libertação para os negros escravizados, que durante muito tempo foi oprimido e dominado pelos governantes. Hoje, depois de romper com os preconceitos, tornou-se a mais bela expressão da cultura afro-brasileira e ganhou vários espaços na sociedade, escolas, ruas, universidades, etc., que embaladas pelo som do berimbau, celebra a presença negra no Brasil.

Considerações Finais

Este estudo teve como principal objetivo conhecer os traços da Herança Cultural Africana, que permanecem vivos na atualidade, principalmente na Bahia. Para tanto, foi selecionado alguns temas relevantes na trajetória do negro, capaz de mostrar sua influência no desenvolvimento cultural, social e econômico.

Ao entrarem no Brasil, sua bagagem cultural sofreu alterações, tendo que ser recriada nas senzalas ou nas ruas. Grupos étnicos distintos compunham as mesmas senzalas, este fator, serviu para recriar as diversas culturas existentes na África, mas, com ingredientes da cultura brasileira.

A maioria dos negros africanos introduzidos no Brasil por meio da escravidão viveu separada de sua família, seus costumes, sua terra mãe, sem expectativas de um dia reencontrá-los novamente, pois, o regime escravista não lhes dava essa liberdade. Então, foi preciso criar novos laços, para não ficarem sozinhos.

Depois e tantas lutas, os escravizados conseguiram a liberdade, mas, continuaram vivendo a margem da sociedade, pois não foram criadas políticas públicas que os inserissem dignamente na sociedade. No entanto, livres poderiam correr atrás de seus objetivos, lutar contra os preconceitos e o racismo.

As manifestações culturais oriundas dos negros africanos ganharam espaços na sociedade brasileira, tornando-se símbolos da identidade deste povo. Mas, nem todas as pessoas identificam desta forma. Então, é urgente rever os pensamentos que desprezam a cultura negra e, aprender a

valorizá-la, pois, em nossas veias corre o sangue africano e, cabe a todos os herdeiros da história lutar pela defesa de nossa identidade de povo brasileiro.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de **Uma História do negro no Brasil** / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006;

BODART, Cristiano, **Manifestações culturais e Patrimônio cultural**, disponível em: <http://www.cafecomsociologia.com/2010/03/manifestacoes-culturais-e-pa>, último acesso 02/01/2017 às 16:46hs;

DROOGERS, A. Syncretism: the problem of definition, the definition of the problem. In: GORT, J. et al. (Ed.). **Dialogue and syncretism: an interdisciplinary approach**. Amsterdam: William B. Eerdmans: Rodopi, 1989;

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 5ª ed. 1999;

FILHO, Luiz Vianna, **O negro na Bahia** 1946;

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978;

MATTOSO, Kátia Queiros de. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003;

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**. Minas Gerais: UFMG, 2001;

SILVEIRA, Renato. **Do calundu ao candomblé**. Revista de História da Biblioteca Nacional, 2005.